

22 MAR 1987

Externa

# DÍVIDA

## O governo dá explicações aos credores e ao FMI

Um documento de 50 páginas, com os termos da renegociação da dívida externa acertados no final de fevereiro entre o Banco Central e o comitê assessor da dívida externa, em Nova York, está sendo recebido desde ontem pelos bancos credores do Brasil.

O documento, intitulado "Plano de Financiamento", afirma que os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida brasileira, vencidos em 1985, poderão ser reemprestados ao setor público e privado entre agosto próximo e julho de 1987. Já em relação a US\$ 9,6 bilhões que vencem este ano, serão depositados numa conta bloqueada, no Banco Central, à disposição dos seus titulares (os bancos estrangeiros).

O documento informa ainda que as negociações a respeito de 1986 serão reabertas no final do ano, enquanto, em um telex, o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, comunica ao FMI e à comunidade financeira internacional, que em breve o Brasil encaminhará a eles um documento explicando a reforma financeira no País, com a extinção da correção monetária e a troca do cruzeiro pelo cruzado. O ministro do Planejamento, João Sayad, e o presidente do BC, Fernão Bracher, darão estas explicações aos banqueiros, dia 25, no Teatro Nacional de San José da Costa Rica (onde se realiza a 17ª Assembléia do BID), mas "os bancos preferem receber as explicações também por escrito", disse um categorizado funcionário do BC.

No documento — que está sendo encaminhado aos bancos pelo comitê assessor —

o Banco Central informa sobre as taxas de juros que vigorarão sobre a renegociação, que são 1,125% para a dívida do setor público e 1,25% para a do setor privado. Estão estabelecidas também as condições do reemprestimo (no País) desses recursos. Os setores governamentais (Estados, municípios, suas empresas, a União e suas companhias) somente terão acesso ao limite de sua dívida rodada em 1985 desde que tenham efetivado os pagamentos normais em cruzeiros, ao BC. O setor público poderá tomar US\$ 4,9 bilhões de reemprestimo.

Já o setor privado poderá sacar US\$ 1,2 bilhão de reemprestimo, desde que os bancos estrangeiros não selecionem muito as empresas, "como normalmente ocorre", disse uma fonte do BC. Entretanto, está esboçado no documento que o governo brasileiro se reserva estabelecer limites — em pronto entendimento com os bancos — desses reemprestimos, em razão da política monetária interna.

Em San José da Costa Rica, no primeiro dia de discussões sobre o futuro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Brasil manifestou-se claramente contrário à mudança de perfil do banco que, pelo Plano Baker, passaria a envolver-se em empréstimos setoriais (balanço de pagamentos) não vinculados a projetos específicos de desenvolvimento. O Brasil adverte que essa mudança embute maiores condicionalidades, interfere na política econômica dos países, aumenta o endividamento e beneficia mais os bancos credores.